

Gênero e Meio Ambiente: A construção do discurso para o Desenvolvimento Sustentável*

Género y medio ambiente: la
construcción del discurso para el
desarrollo sustentable

Gender and environment: The
construction of the discourse for
the sustainable development

Le genre et l'environnement: La
construction du discours dans
le développement durable

Carmen Osorio Hernández **

Recibido: 2010-04-06

Aceptado: 2010-05-10

Publicado: 2010-06-30

* Este artigo faz parte de uma revisão temática como requisito da disciplina Sociedade e Natureza do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS).

** Bióloga pela Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM); mestre em Desenvolvimento Rural e Manejo de Recursos Naturais pelo Colégio da Fronteira Sul, Chiapas, México; e Doutora em Desenvolvimento Rural, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS).
Correo electrónico: carmen700704@yahoo.com.mx

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar a inclusão do Gênero como categoria analítica na questão do Meio Ambiente e na construção do discurso do Desenvolvimento Sustentável. Incluir a dimensão do Gênero na questão ambiental permite compreender as relações que mulheres e homens estabelecem com a natureza, vinculadas na realidade material, social e cultural; levando em conta que estes vínculos são socialmente construídos e que variam segundo a raça, a etnia, a geração e o sexo e, em diferentes cenários. Segundo as diferentes perspectivas teóricas, é considerado não apenas os vínculos entre as mulheres e a natureza, mas também, os diferentes contextos e as relações de gênero que se estabelecem no interior dos grupos e da unidade doméstica. De fato, alguns aportes têm constituído a base do discurso das agências internacionais, instituições governamentais e a inclusão da dimensão de Gênero nas políticas ambientais, como estratégia do discurso do Desenvolvimento Sustentável. Apresentam-se, finalmente, possíveis eixos analíticos e metodológicos para uma análise de Gênero na questão ambiental, no contexto do discurso do Desenvolvimento Sustentável.

Palavras-chave autor: Gênero, Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável.

Resumen

El objetivo de este artículo es analizar la inclusión de género como categoría analítica en el tema de medio ambiente y en la construcción del discurso del desarrollo sustentable. Abordar la dimensión de género dentro de la temática ambiental, permite comprender las relaciones que mujeres y hombres establecen con la naturaleza, ligadas a la realidad material, social y cultural, teniendo en cuenta que estos vínculos son socialmente construidos y que varían según la raza, etnia, generación y el sexo, en diferentes escenarios. Según las diferentes perspectivas teóricas, se consideran no sólo los vínculos entre las mujeres y la naturaleza, sino también los diferentes contextos y las relaciones de género que se establecen al interior de los grupos y de la unidad doméstica. De hecho, algunos aportes han constituido la base del discurso de agencias internacionales y de instituciones gubernamentales que han incluido la dimensión de género en las políticas ambientales, como estrategia del desarrollo sustentable. Por último, se aportan posibles ejes analíticos y metodológicos para un análisis de género en los temas ambientales, dentro del contexto del discurso del desarrollo sustentable.

Palabras clave autor: género, medio ambiente, desarrollo sustentable

Palabras clave descriptores: género, medio ambiente, desarrollo sustentable.

Abstract

The objective of this paper is to analyze the inclusion of the gender concept as an analytical category within the environment and within the construction of the sustainable development. To study the concept of gender inside the environmental concept, allows us to understand the relationships that women and man establish with the environment, related with the material reality, social and cultural, considering that this links are constructed by the social point of view and they vary depending of the race, ethnic, generation and sex in different sceneries. Depending in all the different perspectives of the theory, it is not considered only the links between women and men and environment, but also are considered the different contexts and relationships of gender that are established inside of the groups and inside the domestic unity. Therefore, some contributions have constituted the base of the discourse of the international agencies, governmental institutions and the inclusion of the gender dimension within the environmental policies as strategy of sustainable development. Finally, in this study we contribute with possible analytical and methodological axes for the analysis of gender inside the environment topics, within the context of the discourse of the sustainable development.

Key words author: Gender, environment, sustainable development.

Key words plus: Gender, Environment, Sustainable Development.

Résumé

L'objectif de ce travail est d'analyser l'inclusion du concept de genre comme catégorie dans le concept d'environnement et dans la construction du discours du développement durable. Étudier la dimension « genre » dans les thématiques de l'environnement, nous permet de comprendre les relations que les femmes et les hommes établissent avec l'environnement, associées à la réalité matérielle, sociale et culturelle. On connaît bien que ces relations sont socialement construites et qu'elles varient selon la race, l'ethnie, la génération et le sexe, dans les différents scénarios. Selon les différentes perspectives théoriques, on considère, non seulement le lien entre les femmes et les hommes et l'environnement, mais aussi les différents contextes et les relations de genre qui sont établies à l'intérieur des groupes et aussi dans l'unité domestique. En fait, quelques contributions ont été la base du discours des agences internationales et des institutions gouvernementales, et ont, de même, proposé la dimension de genre dans les politiques de l'environnement, en tant que stratégie du développement durable. Finalement, ce travail est une contribution aux possibles axes analytiques et méthodologiques pour l'analyse du genre dans les thèmes de l'environnement et dans le contexte du discours du développement durable.

Mots-clés : genre, environnement, développement durable.

Introdução

As questões relacionadas ao Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Gênero constituem alguns dos debates centrais da sociedade no contexto mundial, nacional e regional. Também estão incluídas nas decisões da agenda internacional e do desenho de políticas em torno da problemática ambiental.

A relação do Gênero¹ com o Meio Ambiente parte de diversas correntes teóricas, as quais têm sido adotadas pelos movimentos feministas (ambientalistas e ecologistas), como uma resposta contestária, produto de um *engajamento radical* (Giddens, 1991 apud Tavolaro, 2001) aos problemas ambientais que têm efeito na sociedade moderna, sendo as mulheres em sua maioria afetadas pela relação (cultural e espiritual) com a natureza, segundo alguns argumentos teóricos. No entanto, parte-se da noção de que a questão ambiental desde uma perspectiva de Gênero é fundamental para entender o processo de transformação ambiental no contexto do Desenvolvimento Sustentável.

Nesse sentido, a pertinência dos aspectos de gênero é importante para compreender as relações que mulheres e homens estabelecem com a natureza, vinculadas na realidade material, social e cultural, uma vez que estes vínculos são socialmente construídos e que variam segundo a raça, a etnia, a geração, e o sexo em diferentes cenários. Portanto, este trabalho tem como objetivo analisar a incorporação da dimensão de gênero² como categoria analítica na questão do Meio Ambiente e na construção do discurso de Desenvolvimento Sustentável, considerando os seguintes questionamentos:

- Em que medida a dimensão de Gênero permite entender outras formas de diferenciação social que permeiam a questão do Meio Ambiente?
- Em que medida a dimensão de Gênero na questão ambiental pode ser um aporte na construção de uma nova visão para o desenvolvimento sustentável?
- Quais seriam as principais diretrizes de pesquisas, considerando a abordagem de Gênero e Meio Ambiente?

1 Os estudos da problemática ambiental com perspectiva de Gênero compartilham a premissa de que as relações de Gênero são um fator importante a ser considerado na análise da transformação ambiental e da sustentabilidade (Velásquez, 2000). Neste sentido, as relações de gênero são referidas como aquelas dimensões das relações sociais que constroem diferenças sistemáticas na posição que homens e mulheres têm em diferentes contextos (Kabeer, 1998).

2 A dimensão de Gênero é definida por diversos autores e autoras como uma construção cultural, social e histórica, e que tem importantes repercussões políticas, ao mesmo tempo permite identificar e visar aspectos culturais e relações de poder entre homens e mulheres (Lamas, 1996; Scott, 1996); mas Bourdieu (1989), nas suas interpretações sobre estruturas simbólicas (*habitus*), fundamenta as construções subjetivas das relações de gênero.

Para responder a estes questionamentos, o trabalho é organizado da seguinte forma: Em primeiro lugar se descreve de forma sucinta os principais eventos que levaram a incorporação das mulheres no discurso do Desenvolvimento Sustentável e, posteriormente destacam-se as contribuições e as críticas das diferentes correntes teóricas: Mulher e Meio Ambiente (MAD), Ecofeminismo; Gênero, Meio Ambiente e Desenvolvimento (GMAD); salientando a pertinência desta última como um aporte em construção no contexto de uma possível proposta de Desenvolvimento Sustentável. Finalmente, com base nas evidências teóricas e empíricas das diferentes correntes, apresentam-se possíveis eixos analíticos e metodológicos para uma análise de Gênero na questão ambiental e, por último as considerações finais.

Integração das mulheres no discurso do Desenvolvimento Sustentável

Para desenvolver esta questão, é importante destacar a incorporação da mulher no contexto dos debates do desenvolvimento. Assim, cabe mencionar que foi apenas nos anos 1970³ que ocorreu certa preocupação com as condições das necessidades básicas, a produtividade rural e as atividades no setor informal, na qual foi incluído o papel da mulher no contexto do desenvolvimento, sobretudo, com os aportes de Boserup (1970), quem argumentava o papel econômico da mulher no processo de desenvolvimento.

Com base nisso, surge o enfoque teórico: Mulheres em desenvolvimento (MED). Este enfoque diz respeito a necessidades de maiores oportunidades para a mulher na educação e capacitação, o que facilitaria o acesso ao setor moderno da economia e ao desenvolvimento econômico (Kabeer, 1998).

Para a constituição dessa perspectiva, diferentes atores sociais (academia, responsáveis pelo desenho de políticas públicas e agências internacionais) têm contribuído com diversos interesses (Tinker, 1990 apud Kabeer, 1998). Apesar disso, este enfoque foi amplamente questionado, sendo que a principal crítica se fundamentou pelo fato de que essa postura teórica enfoca as mulheres sem considerar a situação feminina como produto das relações sociais entre os gêneros. Portanto, se colocaria em debate as relações de poder, conflitos sociais e as relações de gênero para entender a situação subordinada das mulheres (Kabeer, 1998; Moser, 1991; Scott, 1996).

3 Nesses anos aconteceu uma série de conferências sobre a “Mulher das Nações Unidas”, que começou com “o ano internacional da mulher” em 1975.

Nesse contexto, na década de 90 surge a perspectiva de Gênero em Desenvolvimento (GED). Este enfoque parte da premissa de que as mulheres têm sido excluídas do processo de desenvolvimento. Portanto, argumenta-se a necessidade de alcançar a igualdade legal, política e social, por meio de sua incorporação no desenho de políticas públicas, que incidam nos interesses práticos e estratégicos das mulheres⁴ para melhorar sua posição (desigualdade) na relação entre os gêneros e permitam seu empoderamento (Deere & León, 2002; Moser, 1991; Nazar & Zapata, 2000). Estes pontos vêm sendo considerados a partir de diversos encontros internacionais, entre os quais destaca-se a Quarta Conferência Mundial de Beijing em 1995, que tem constituído parte do discurso dominante das agências internacionais e instituições governamentais.

Mas o que acontece com as mulheres no contexto do discurso de Desenvolvimento Sustentável? A partir da noção de Desenvolvimento sustentável que constitui a base do Relatório Brundtland (“Nosso futuro comum”)⁶ e que é legitimada no discurso das agências internacionais, foram abertas as chances para que os movimentos feministas (ambientalistas e ecologistas) colocassem seus principais aportes. Porém, neste documento é salientado o papel das mulheres nos temas de população e segurança alimentar, mas ele não apresenta conclusões sobre a relação gênero-meio ambiente.

Com o convênio da Diversidade Biológica e a declaração sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992, pela primeira vez foi colocada a participação das mulheres dentro do discurso do Desenvolvimento Sustentável, que inclusive faz parte de uma das linhas da “Agenda 21 das mulheres”⁷.

-
- 4 Os interesses práticos estão relacionados com as condições de vida das mulheres (alimentação, saúde, educação); os interesses estratégicos têm a ver com o processo de transformação da desigualdade através da participação e a tomada de decisões (Kabeer, 1998).
 - 5 Nesta conferência foram aprovadas a declaração e a plataforma de ação de Beijing, com o objetivo de promover a igualdade, o desenvolvimento e a paz para todas as mulheres do mundo, criando as condições e os mecanismos institucionais para o desenvolvimento da mulher na sociedade. Também se assume o compromisso de realizar tarefas dirigidas a reconhecer e apoiar a participação das mulheres na gestão dos recursos naturais e proteção do meio ambiente através de sua ação na tomada de decisões. Assim mesmo, se propõe a integração da perspectiva de gênero nas políticas e avaliações de programas do Desenvolvimento Sustentável (García & Abramovay, 1997; Rico, 1998).
 - 6 Segundo este relatório, o Desenvolvimento Sustentável é “aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações poderem satisfazer suas próprias necessidades”, e que parte de uma análise dos problemas socioeconômicos e ecológicos de uma sociedade em escala global, sublinhando a interligação entre economia, tecnologia, sociedade e política. Esta noção traz ao mesmo tempo uma proposta de caráter “revolucionário” de defesa do meio ambiente e dos recursos naturais, que procura “atender às necessidades presentes sem comprometer as gerações futuras” (Vargas, 1997).
 - 7 Algumas das propostas desta agenda são: a) implementar medidas para fortalecer e estimular as instituições e organismos não-governamentais e grupos de mulheres para sua capacitação no uso e manejo dos recursos; b) promover a redução de trabalho das mulheres através da criação de creches, da divisão igualitária nas tarefas domésticas entre homens e mulheres e da utilização de tecnologias ambientalmente sãs; e c) implementar programas para estabelecer e fornecer serviços de saúde pre-

Nesta agenda descrevem-se as prioridades de ação para alcançar um Desenvolvimento Sustentável para o próximo século. Esta idéia foi plasmada no princípio 20 da Declaração do Rio 92, afirmando que “as mulheres têm um papel importante no manejo ambiental e desenvolvimento, razão pela qual sua participação é imprescindível para alcançar um desenvolvimento sustentável” (ONU, 1992 apud Rico, 1998, p. 17). Ela também faz ênfase na necessidade de implementar políticas, programas e projetos sensíveis ao Gênero para a questão ambiental (Biffani, 2003; Rico, 1998; Vásquez, 1999).

Apesar desse reconhecimento, a Agenda 21 apresenta sérios obstáculos que limitam sua operacionalização, entre os quais se destacam: a) falta de clareza na proposta para um desenvolvimento sustentável; b) falta de decisão política para estabelecer ações concretas no melhoramento dos recursos que permitam alcançar um desenvolvimento sustentável e, c) o fato de caracterizar as mulheres apenas como administradoras domésticas da crise ambiental (Rico, 1998).

Assim, com o atual modelo econômico, pareceria que as mulheres não conseguiriam encaixar-se no discurso do Desenvolvimento Sustentável, porém ter-se-ia que analisar a forma pela qual pretende-se entender as relações que existem entre Gênero e Meio Ambiente, e que vão fomentar as idéias fundantes das diferentes correntes que antecedem essas relações.

Nesse sentido, forma, diversas autoras (Leach, Joekes & Green, 1995; Rico, 1998; Vásquez, 1999) apresentam as características pelas quais as mulheres são identificadas com a natureza. Em um primeiro momento, elas foram identificadas como usuárias dos recursos e as principais depredadoras destes. Esta idéia teve maior importância com a crise do petróleo em 1973, quando se evidenciou que os recursos naturais poderiam se esgotar.

Posteriormente, durante a década de 80, com a participação das mulheres nos movimentos ambientalistas (dos países de terceiro mundo), as mesmas são percebidas como vítimas da degradação ambiental, da destruição da natureza e do processo de desenvolvimento econômico, mas ao mesmo tempo são consideradas como portadoras do conhecimento sobre a natureza, o que condicionaria sua percepção e a tomadas de decisões para responder a estes problemas (Agarwal, 1991).

Já na década de 90, a Organização das Nações Unidas (ONU) incorporou as mulheres como “administradoras privilegiadas do meio ambiente”. Portanto, são consideradas como eficientes “educadoras ambientais”. Com base neste reconhecimento, outras instituições internacionais (BM e FAO) incorporam programas, nos quais salientam o papel das mulheres na biodiversidade e na segurança alimentar, como mecanismos de responder à feminização da pobreza rural.

ventiva e curativa dirigidos às mulheres (Rico, 1998, p. 17).

Esta idéia é retomada por organizações internacionais tais como, a *Woman, Environment and Development (WEDO)*⁸ a qual reconhece a mulher na sua relação com o meio ambiente como principal usuária e administradora de seus recursos (coletoras de lenha, protetoras dos recursos genéticos, responsáveis da alimentação do mundo, etc.).

Cabe apontar que as diferentes perspectivas da noção do desenvolvimento sustentável (o informe Brudtland, a economia política, a ecologia social e a ecologia profunda), abordam de forma sistemática e de diferentes ângulos os problemas de desigualdade social e econômica, porém não consideram uma análise de Gênero na questão do Meio Ambiente.

Por exemplo, a Ecologia Profunda, considera tanto a relação entre a sociedade humana e o mundo natural, quanto uma política de defesa da natureza (Mellor, 1992 apud Vásquez, 1999). Ela recusa a idéia de que os humanos são o centro do universo, e com base numa visão biocêntrica, afirma que a natureza deve ser preservada, independentemente da contribuição que possa trazer aos seres humanos (Diegues, 2000). É para essa postura que são direcionadas as principais críticas das feministas, pelo fato de ela considerar, na sua visão, o conflito central entre “homem e natureza”. Deste modo, o ecologismo profundo reproduz o androcentrismo e esquece outras formas de dominação como de classe, raça e gênero (Vázquez, 1999).

Posturas teóricas em torno da relação entre Gênero, Meio ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Entre as principais posturas teóricas se encontram: a perspectiva ecofeminista, Mulher e Meio ambiente e Desenvolvimento (MAD) e Gênero, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (GMAD).

Perspectiva ecofeminista: As mulheres e o encontro com a natureza?

O Ecofeminismo foi desenvolvido a partir das posturas de oposição dos movimentos ecologistas e feministas no final dos anos 70 e início dos 80. Segundo Sorj (1992), existem duas concepções em torno do ecofeminismo: a) a oposição

8 WEDO (*Women, Environment and Development Organization*) é uma organização internacional criada em 1990 e constituída por uma rede de ativistas e lideranças de vários países, principalmente do Terceiro Mundo. Ela tem como objetivo: transformar o planeta num lugar saudável e pacífico, com justiça social, política, econômica e ambiental para a sociedade, através do *empowerment* das mulheres em toda a sua diversidade e pela sua participação equitativa com os homens em todos os espaços de decisão, desde a base até as arenas internacionais (Garcia & Abramovay, 1997; Siliprandi, 2000).

entre a esfera pública e privada, que parece ser o lugar de formação de identidades, culturas éticas distintas entre homens e mulheres, b) a relação entre feminino e natureza, que permitirá privilegiar o papel das mulheres na luta ecológica para contribuir na questão do meio ambiente.

Também há duas vertentes desta perspectiva: 1) o ecofeminismo cultural, que fornece a idéia de que há uma relação entre as mulheres com a natureza e enfatiza a busca de uma nova relação espiritual com ela (Mies & Shiva, 1997). Portanto, considera o feminino como essência protetora e uma natureza enraizada nos mistérios da vida, e 2) o ecofeminismo social, que reconhece a complexidade da identidade humana, através da confluência e da inter-relação de vários eixos identitários (o que constitui a subjetividade das pessoas), que correspondem objetivamente às diversas relações sociais e que levam à conformação do tecido social no qual as pessoas estão imersas (Plunwood, 1993 apud Martinez, 2003).

O ecofeminismo cultural é fortemente questionado pelo fato de considerar que a mulher tem uma relação superior com a natureza, que às vezes supõe-se que é determinada biologicamente, o que estaria baseada numa postura ecocentrista a qual reconhece uma série de interesses de humanos e não humanos (Tavolaro, 2001). Segundo este autor:

O ecofeminismo (que faz parte do ecocentrismo) tira sua força da simbólica e histórica associação do homem sobre a mulher com a natureza. Neste sentido as feministas argumentam haver alguma conexão entre as mulheres com a natureza que as torna, mais do que os homens, aptas a melhor identificar-se com os seres não humanos e com os processos ecológicos. Tal identidade é apoiada de duas maneiras: a) diz-se que ela advém do que é único ao corpo feminino, ou seja, suas funções reprodutivas e de alimentação ao novo ser que ela gera; b) diz-se que a identidade decorre da opressão que a mulher sofre na tradição social patriarcal, semelhante àquela da qual a natureza é vítima (Tavolaro, 1998, p. 113).

Isto significa que as mulheres, através de suas atividades cotidianas, estão mais perto da natureza (no sentido espiritual e conceitual) que os homens. Deste modo, elas têm um vínculo maior com o ambiente (Mies & Shiva, 1997). Neste sentido, a identidade das mulheres com a natureza é reforçada pelos processos biológicos de reprodução, o que estaria sendo considerado como um determinismo biológico que permite pensar num princípio feminino essencialista que coloca a relação das mulheres com a natureza em uma postura necessariamente conservacionista e geradora da vida.

Segundo Shiva (1993), a demanda dos recursos para abastecer as economias de mercado faz diminuir a base dos mesmos que são necessários para a sobrevivência. Neste sentido, existe uma desigualdade tanto política quanto econômica na distribuição e acesso aos recursos. Por outro lado, o processo de produção está condicionado pelas forças do mercado, sem considerar as condições sociais e ecológicas. Portanto, os custos da destruição dos recursos naturais e a desigualdade social são evidentes.

Dessa forma, as mulheres do terceiro mundo, principalmente aquelas de escassos recursos, são as mais afetadas pela relação com a natureza, porque simplesmente carecem de poder aquisitivo para colocar suas demandas de bens e serviços proporcionados pelos sistemas modernos de produção (monocultivo, uso de agroquímicos, biotecnologia, etc.).

De acordo com diferentes autoras (Bifani, 2003; Vásquez, 1999), alguns dos postulados desta corrente são os seguintes:

- Há vínculos entre a dominação e a opressão das mulheres, entre a dominação e a exploração da natureza.
- No pensamento patriarcal, as mulheres são identificadas com certa proximidade à natureza, ao material e o emocional, entanto os homens são considerados próximos à cultura, à racionalidade e ao abstrato. Neste sentido, a natureza é uma questão inferior para a cultura, portanto as mulheres são consideradas inferiores em relação aos homens.
- Segundo o pensamento ecofeminista, a conexão entre a opressão da mulher e da natureza se dá basicamente na sua dimensão ideológica, com suas raízes num sistema de idéias e representações, valores e crenças, o que coloca as mulheres e o mundo não humano hierarquicamente inferior aos homens.

Esses princípios são amplamente criticados por diversas autoras (Garcia, 1992; Vásquez, 1999; Velásquez, 2003.), ao mesmo tempo sugerem propostas alternativas a serem consideradas que, de alguma forma, são contempladas na proposta da corrente de Género, Meio Ambiente e Desenvolvimento, que será exposto mais adiante. Dentre as principais críticas, podem ser citadas:

- A mulher é vista como uma categoria unitária, sem diferenciação de classe, raça e etnia. A perspectiva ecofeminista ignora outras formas de dominação que não são as de Género e que afetam de forma crítica a posição das mulheres.
- Considera-se a dominação da mulher e da natureza quase

- exclusivamente fundamentadas na ideologia, negligenciando as fontes materiais desta dominação, as quais estão baseadas na vantagem econômica e no poder político.
- Mesmo dentro de uma análise da construção ideológica da dominação, o discurso diz muito pouco sobre as estruturas econômicas, políticas e sociais dentro das quais essas construções são produzidas e transformadas.

Diante dessas críticas, uma das primeiras condições é que tanto as mulheres quanto a natureza são categorias socialmente construídas, portanto são factíveis de mudar no tempo e no espaço. A idéia de que as mulheres têm um vínculo especial com a natureza não permite perceber que tanto elas quanto os homens das diferentes sociedades podem olhar e experimentar as coisas de diversas formas, até porque as relações das mulheres com a natureza variam segundo a classe, a raça, a etnia, a nacionalidade, a idade, entre outros aspectos. Outra consideração importante é o fato de que a relação das mulheres com o meio ambiente deve transcender as conexões simbólicas (Agarwal, 1992 apud Vázquez, 1999) já que isto não é suficiente para dar conta dos problemas numa sociedade complexa.

Mesmo que essa corrente apresente algumas críticas, existem algumas contribuições no sentido de estabelecer a conexão entre a opressão da natureza com a opressão das mulheres, as quais são compreensíveis partindo da idéia da dicotomia entre homem/natureza e, por outro lado, da possibilidade de que a teoria feminista possa incluir a perspectiva ecológica.

Assim, no contexto da construção de propostas alternativas para um Desenvolvimento Sustentável, uma das contribuições é o reconhecimento do papel das mulheres na conservação da biodiversidade ao dar importância à cultura local, valorizar o conhecimento popular sobre o uso e manejo de recursos e estimular a participação no resgate e aumento da biodiversidade.

Nesse sentido, os que baseiam-se na ecologia social consideram a biodiversidade não só como um conceito de origem biológico e relativo à diversidade genética de indivíduos e de espécies de diversos ecossistemas, mas também como o resultado de práticas milenares das comunidades tradicionais que domesticam espécies, mantendo e, em alguns casos, até mesmo aumentando a diversidade local, como por exemplo, o caso da participação das mulheres (de comunidades rurais ou indígenas) na produção de hortas e plantas medicinais.

Dessa forma, a diversidade de plantas não é vista como um “recurso natural”, e sim como um conjunto de espécies que tem um valor de uso e um valor simbólico, integrado numa complexa cosmologia (Diegues, 2000). Com isso, o

conhecimento da biodiversidade pertence ao domínio do natural e do cultural, de modo que, ao se considerar as questões de etnia, resultam fundamentais os aspectos cognitivos e da cosmovisão.

Perspectiva Mulher e Meio ambiente e Desenvolvimento (MAD): De vítima à protetora dos problemas ambientais

Esta corrente surge na metade da década de 80 e pretende incluir na tomada de decisões e instrumentação de ações os interesses de mulheres e ambientalistas. Sob esta perspectiva, a participação das mulheres como administradoras e usuárias dos recursos teria que estar incluída no desenho e na instrumentação de políticas e programas de desenvolvimento sustentável (Dankelman & Davidson, 1988 apud Velásquez, 2003). Esta corrente está inserida na linha de pensamento sobre “Mulheres em Desenvolvimento” (MED), e fortemente influenciada pela corrente ecofeminista, pelo fato de basear-se na idéia de que as mulheres têm uma afinidade especial com a natureza.

O eixo de análise é centrado na importância que tem as mulheres (principalmente dos países subdesenvolvidos) no manejo dos recursos naturais, pois, devido às condições de pobreza, são mais vulneráveis diante da escassez e degradação de recursos, sobretudo porque são estas mulheres (do contexto rural) que possuem um papel importante na produção para a autossustentância, além de identificar que elas têm habilidades e conhecimentos especiais que lhes permitiriam desenvolver projetos de conservação, como estratégias para um desenvolvimento dito sustentável. Portanto, o fato de considerar as mulheres como uma categoria homogênea (sem considerar as especificidades e os diversos contextos) leva a se pensar numa postura essencialista.

Segundo algumas autoras (Rico, 1998; Vásquez, 1999; Velásquez, 2003) o problema central dessa consideração é ignorar os diferentes contextos (diversas estratégias cotidianas de sobrevivência, diversos objetivos associados ao uso e manejo de recursos, relações de poder e principalmente as relações de gênero que diferenciam a homens e mulheres nos processos de produção e reprodução). O foco central é visar as mulheres como principais “protetoras do meio ambiente” e, portanto justifica-se promover a educação (ambiental) como mecanismo principal para melhorar o Meio Ambiente.

Outras críticas a essa corrente centram-se na posição que afirma que não é importante apenas levar em conta o fato de que as mulheres são marginalizadas e, conseqüentemente, precisam ser integradas ao processo de Desenvolvimento (através de sua participação nos diferentes projetos de cunho assistencialista que só aumentam a dupla jornada de trabalho), mas também de

entender as transformações das relações de Gênero que ocorrem no interior da unidade e do grupo doméstico.

No nível metodológico, esta corrente também é criticada por duas razões básicas: primeiro, pela tendência a agrupar as mulheres (especificamente dos países subdesenvolvidos) em uma categoria homogênea, sem contemplar as diferenças de classe, raça, etnia, idade, etc. Nesse sentido, o fato de considerar as mulheres, sem levar em conta as especificidades e os diversos contextos, ou que levaria a pensar numa postura essencialista.

Em segundo lugar, essa postura teórica coloca maior ênfase na divisão sexual do trabalho e no papel principal das mulheres, e não consegue integrar as relações de gênero na análise da mudança ambiental. Em terceiro, esquece os diversos olhares sobre o meio ambiente, sobretudo, porque não questiona os princípios do modelo de desenvolvimento ocidental dominante, devido ao fato que a maior parte dos projetos realizados nesta perspectiva são desenvolvidos a partir de normas institucionais, a partir das quais são elaboradas as políticas (de caráter complexo e com interesses divergentes) do desenvolvimento. Esses aspectos constituem o eixo central da corrente feminista.

Tanto o Ecofeminismo quanto a MAD têm contribuído para entender a relação entre mulheres e a natureza, com a idéia de que existem vínculos importantes na construção simbólica entre a natureza e a mulher, assim também semelhanças nos objetivos e metas dos atuais movimentos feministas e ambientalistas (Agarwal, 1991) e por colocar de forma explícita a participação feminina no uso e no manejo dos recursos naturais. Não obstante, estas correntes apresentam algumas limitações na compreensão da relação mulher-natureza, uma vez que tais perspectivas não explicam a complexidade das relações entre mulheres e homens, além dos diferentes impactos que as mudanças ambientais causam sobre elas.

Dessa forma, Velásquez (2003) argumenta que têm surgido outras correntes alternativas visando pensar a relação entre Gênero e Ambiente. Entre suas principais premissas se destacam:

- Não é possível agrupar “a mulher” em uma única categoria, devido às diferenças sociais, culturais e econômicas dentro e entre as sociedades. Portanto, é importante considerar a diversidade de mulheres, e isto significa também levar em conta tanto os aspectos ideológicos quanto os materiais, seja pelas diferenças de classe, idade ou inclusive pelo status social no interior da família;

- Não consideram a necessidade do contexto e a especificidade para os problemas ambientais no cenário local, levando em conta a dinâmica populacional, posto que ha disputas de interesses econômicos e políticos;
- As percepções ambientais (valores, representações e prioridades), que são socialmente construídas, podem variar no interior da unidade e grupo doméstico. Isto, por sua vez, pode influir nas diferenças de gênero no controle sobre os recursos.

Sob esses argumentos, a corrente denominada Gênero, Meio ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que surge na década de 90, procura retomar as diferentes perspectivas que orientam a dimensão do Desenvolvimento Sustentável e as contribuições dos movimentos ambientalistas.

A perspectiva Gênero, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (GMAD)

Devido às diferentes críticas que têm surgido, tanto para a perspectiva da MAD quanto para o ecofeminismo, a partir da década de 90 surgem vários enfoques: o ambientalismo feminista (Agarwal, 1991), a ecologia política feminista (Rochelau, 1995) e a microeconomia política (Leah, 1995).

A primeira delas sugere que a relação das pessoas com o Meio Ambiente está estruturada por diversos fatores (gênero, classe, raça etc.) relacionados com a produção, a reprodução e a distribuição. Desta forma, a divisão de trabalho, os direitos de propriedade e as relações de poder determinam a experiência e os conhecimentos sobre tal relação. Rochelau (1995), por sua parte, argumenta que a ecologia política feminista tenta entender a forma pela qual geram-se e desenvolvem-se diferentes interesses sobre o Meio Ambiente. Nesse sentido, é importante fazer uma análise sobre a identificação e a participação dos diferentes atores sociais que podem intervir na determinação dos usos e valores dos recursos, assim como a respeito das relações de poder implícitas no uso, na percepção e no controle destes recursos.

No que tange à “microeconomia política do uso dos recursos”, a mesma tende a examinar de que forma as instituições (matrimônio, residência, herança, etc.) determinam o acesso de mulheres e homens aos recursos naturais e o poder de negociação sobre os benefícios que derivam desses recursos.

Finalmente, a corrente denominada Gênero, Ambiente e Desenvolvimento (GMAD) incorpora algumas das idéias das duas correntes anteriores e está relacionada com a integração da perspectiva de Gênero no desenho e na instrumentação das políticas e programas do desenvolvimento e ambientalistas

(Velásquez, 2003). Esta postura teórica coloca a importância e a existência de poder nas relações sociais, considerando os aspectos de gênero, etnia, classe, raça e geração, e o vínculo com as formas diferenciadas de acesso, uso, controle e conhecimento sobre os recursos naturais.

No entanto, um aporte importante reside na desmistificação da natureza unitária das estruturas familiares. Isto permite identificar as diferentes formas e funções relacionadas com as divisões por classe, etnia, etapa de ciclo familiar, as relações de conflito por gênero e gerações no interior do grupo doméstico e, portanto, o acesso, uso, manejo, controle e benefício diferencial dos recursos do meio natural entre homens e mulheres. Neste sentido, tanto o poder quanto o conhecimento podem constituir fatores mediadores de processos ecológicos e políticos (Leach et al., 1995 apud Martínez, 2003).

Com base em diversas experiências locais, algumas autoras (Rochelau, 1996 apud Martínez, 2003; Velásquez, 2003) sugerem alguns temas básicos que complementaríamos a base analítica da perspectiva de gênero, tais como: a) a divisão de trabalho e de conhecimento por gênero nas atividades cotidianas; b) os direitos de propriedade, assim como os direitos e responsabilidades no contexto da problemática do meio ambiente; e c) uma análise de gênero nas políticas ambientais.

Porém, um aspecto importante a considerar são os direitos à propriedade e à posse da terra, pois constituem fatores mediadores nas relações de gênero e determinam o acesso e grau de manejo dos recursos. No contexto da América Latina, por exemplo, a mulher rural tem menos probabilidade de possuir terras do que o homem. Esta desigualdade de gênero na posse da terra é atribuída à família, à comunidade, ao Estado e ao mercado. O principal modo pelo qual a posse da terra pode ser adquirida é por herança, na qual a maior preferência é dada para os homens (Deere & Leon, 2002). Portanto, um elemento importante é entender o papel, a lógica das instituições e dos mecanismos pelos quais os direitos de propriedade e, os processos de tomada de decisão que produzem a divisão de gênero e as responsabilidades, são determinados.

Esses três temas são fundamentais na construção de propostas alternativas sobre o Desenvolvimento Sustentável. Essas propostas teriam que considerar aspectos das relações sociais, levando em conta as relações que homens e mulheres e suas distintas formas de organização estabelecem com o seu entorno (García & Abramovay, 1997).

Ainda que, a noção de Desenvolvimento Sustentável permaneça muito ambígua, concorda-se com Raynaut (2004, p. 31), no sentido de que a mesma “é relativa e produto de um processo histórico de construção social” que se manifesta neste novo milênio, no qual ocorrem mudanças profundas, surgem novas

identidades e diferentes sentidos civilizadores, mobilizados por novos atores sociais com relações de poder e interesses diversos. Assim:

En este mundo interdependiente de la globalización económica, cada nación, cada población juega su viabilidad y sobrevivencia en esta encrucijada histórica. El tránsito hacia la democracia y la sustentabilidad implica una nueva concepción y nuevas formas de apropiación del mundo; allí se definen nuevos sentidos existenciales para cada individuo y cada comunidad, trazando nuevas líneas de fuerza que atraviesan las relaciones de poder donde se forjan nuevos proyectos históricos y culturales (Leff, 2002, p. 351).

De acordo com Garcia e Abramovay (1997) a importância do enfoque de gênero está centrada na vivência e na incorporação de ações de homens e mulheres nas políticas e programas. Neste sentido, uma política com essa visão indicaria com mais especificidade, o uso diferenciado dos recursos que estabelecem tanto homens quanto mulheres entre si. Então, não se trata só de inserir as mulheres no processo de desenvolvimento por meio de programas assistencialistas e projetos de conservação que reproduzem seu “papel tradicional” e aumentam a tripla jornada de trabalho.

Parece que a construção de uma política ambiental com foco de gênero deverá transcender não apenas a igualdade de direitos, a tomada de decisões, mas também contribuir para uma maior abertura e sensibilidade dos diferentes atores sociais (instituições estatais, organizações não- governamentais e instituições acadêmicas) na construção de uma visão inclusiva e integral. Certamente, tal esforço exigirá métodos de pesquisa de cunho multidisciplinar, e interdisciplinar⁹.

Neste sentido, ao se considerar a interação Gênero-Ambiente nos programas de ação é necessário destacar a vinculação entre os ecossistemas e a população, levando em conta os diferentes elementos da estrutura social que determinam a relação com o Meio Ambiente, o contexto espacial e temporal destas relações, e a interação de processos globais e locais no que diz respeito à questão ambiental.

Metodologicamente, alguns destes eixos temáticos são factíveis de serem analisados no âmbito da unidade doméstica, mesmo que estas últimas possam variar na estrutura, no tamanho e na composição; pois, segundo Velásquez (2003), no contexto da análise dos sistemas das unidades domésticas é possível

9 Tanto a multidisciplinaridade, quanto a interdisciplinaridade envolvem a participação de diferentes disciplinas. Porém esta última, ainda que é uma prática em construção, pretende articular as diversas disciplinas, através de diálogos de saberes, para uma melhor compreensão, tensão ou conflito explícito entre as necessidades humanas, práticas sócias e as dinâmicas naturais (Brandenburg, 1996; Floriani, 2000).

identificar mudanças nos âmbitos social, econômico e ambiental, como por exemplo: como mudam os padrões da divisão sexual do trabalho ao instrumentalizar novos padrões de uso de recursos? Quem se beneficia econômica e socialmente dos novos esquemas? Quem controla e instrumentaliza estes padrões? Quem decide sobre as escalas de produção e os tipos de tecnologias a serem usados? Entre outras questões que talvez possam orientar a construção de linhas de pesquisa.

Principais eixos de pesquisa

Com base em diferentes trabalhos empíricos e teóricos sobre as questões de Gênero e meio ambiente, é possível salientar alguns eixos de pesquisa que podem ser desenvolvidos na área da academia, orientando na construção de diversas linhas de pesquisa ou de novas propostas para políticas públicas. Tais pesquisas teriam que partir da identificação e do papel dos diferentes atores sociais que interagem na construção da relação entre Gênero, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; identificar os valores, a percepção e as representações sociais de forma diferenciada (por gênero, raça, etnia, idade) sobre a problemática ambiental, considerando o contexto espacial e temporal, assim como os fatores biológicos, socioeconômicos, políticos e culturais. De forma específica, é possível considerar algumas questões que podem nutrir ainda mais tais eixos de pesquisa:

- Identificar e analisar a participação diferenciada entre homens e mulheres no acesso e no manejo de recursos, assim como na construção da problemática ambiental.
- Identificar de que forma as novas tecnologias (biotecnologias, tecnologias orgânicas, etc.) para o melhoramento do Meio Ambiente beneficiam ou afetam diferencialmente tanto mulheres quanto homens.
- Identificar e analisar o papel dos diferentes atores (organizações internacionais, organizações não-governamentais) na construção de programas e projetos sobre Gênero e Meio Ambiente.
- Ser sensível e coerentes aos temas de Gênero no discurso de Desenvolvimento sustentável. Isto significa também abordar e aprofundar as questões da masculinidade. Pela dimensão que assume tal temática, é fundamental uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar.
- Construir um modelo de análise sobre a problemática do meio ambiente em diferentes níveis (doméstico, comunitário, regional, nacional e internacional), considerando os diferentes contextos culturais e históricos e outros fatores socioeconômicos (padrões de migração, padrões de assen-

tamento e pose de terra, estratégias de produção e reprodução, entre outros aspectos).

Evidentemente, isso não é uma tarefa fácil, assim como também não significa um trabalho isolado, mas sim uma coordenação interinstitucional com a participação ativa e comprometida dos diferentes atores sociais (pesquisadores, ONG's, sociedade civil, instâncias governamentais, e assim por diante). Porém, esse objetivo constitui um grande desafio, pois segundo Garcia e Abramovay (1997, p. 124), “existem disputas sobre gênero e meio ambiente, sobre relações entre cultura e natureza, público e privado, igualdade e diferença, objetivo e subjetivo, o econômico em relação ao político e ao cultural, além dos interesses instrumentais por afirmação de identidades institucionais e acesso os fundos com rubricas próprias”.

Considerações finais

Tanto a problemática do Desenvolvimento Sustentável, quanto a problemática do Meio Ambiente, relacionada com as mulheres e as questões de Gênero foi adquirindo legitimidade e uma posição central nas declarações, plano e programas no contexto mundial. As diversas idéias colocadas nestes documentos constituem a base do pensamento e da ação de governos, as organizações internacionais e a sociedade civil. Assim, poder-se-ia dizer que a inclusão da análise de gênero nos planos de desenvolvimento tem sido em grande medida derivada das ações dos movimentos feministas (nacionais e internacionais), ambientalistas e intelectuais.

Os estudos feministas, com base nas diferentes perspectivas descritas neste trabalho, fizeram uma grande contribuição, pois deslocaram as explicações que marcam a condição das mulheres e dos homens na sociedade do reino da natureza para o da cultura. Isto é, a discriminação entre os sexos não se encontra pré-determinada biologicamente, nem enraizada na constituição do corpo humano, mas ela é socialmente construída.

Parece-me que tanto as contribuições quanto as críticas das diferentes perspectivas, abordadas neste trabalho, têm apontado considerações importantes, não apenas pelo fato de considerar a pertinência da relação das mulheres com a problemática Ambiental e o Desenvolvimento Sustentável, mais também destacar dentre do discurso, a necessidade de considerar as relações de poder entre os gêneros. Estas considerações constituem a base para incorporar a dimensão de Gênero nas políticas ambientais e nas propostas de pesquisas que estão sendo construídos nas instituições acadêmicas.

Referências

- Agarwal, B. (1991). The gender and environment debate: Lessons from India. *Feminist Studies*, 1 (18), 119-158.
- Bifani, P. (2003). Algunas reflexiones sobre la relación género medio ambiente. *Revista de Estudios de Género. La Ventana*, 17, 8-27.
- Boserup, E. (1970). *Women's role in economic development*. New York: St. Martin's Press.
- Bourdieu, P. (1989). A gênese dos conceitos de habitus e de campo. En *O poder simbólico* (pp. 59-73). Lisboa: Difel/Bertrand.
- Brandenburg, A. (1996). *Modernidade, meio ambiente e interdisciplinaridade. Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Curitiba, UFPR.
- Deere, C. & Leon, M. (2002). *O empoderamento da mulher. Direitos á terra y direito a propriedade na América latina*. Rio Grande do Sul, Brasil: Ed. UFRGS.
- Diegues, A. (2000). Saberes tradicionais e etnoconservação. En A. Diegues & V. Viana (Orgs.), *Comunidades tradicionais e manejo de recursos naturais da Mata Atlântica* (pp. 9-22). São Paulo: NUPAUB/USP- LASTROP/ESALQ.
- Floriani, D. (2000). *Diálogos interdisciplinares para uma agenda socioambiental: breve inventário do debate sobre ciência, sociedade e natureza. Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Curitiba: UFPR.
- Garcia, M. S. (1992). Desfazendo os vínculos Naturais entre Gênero e Meio ambiente. *Revista de Estudos Feministas*, 0, 163-168.
- Garcia, M. & Abramovay, M. (1997). *Gênero e Meio ambiente*. São Paulo: Cortez Editora.
- Kabeer, N. (1991). Gender dimensions of rural poverty: Analysis from Bangladesh. *Journal of Peasant Studies*, 18 (2), 241-262.
- Kabeer, N. (1998). *Realidades trastocadas, las jerarquías de género en el pensamiento del desarrollo*. México: Paidós/UNAM.
- Lamas, M. (1996). La antropología feminista y la categoría de género. *Revista Nueva Antropología*, 8 (30), 173-198.
- Leach, M., Joekes, S. & Green, C. (1995). Gender relations an environmental change. *IDS Bulletin*, 26 (1), 1-8.
- Leff, E. (2003). *Saber ambiental: Sustentabilidad, Racionalidad, Complejidad, Poder*. México: Siglo XXI/UNAM/PNUMA.
- Martínez, B. (2003) Género, sustentabilidad y empoderamiento en proyectos ecoturísticos de mujeres indígenas. *Revista de Estudios de Género. La Ventana*, 17, 188-217.
- Mies, M. & Shiva, V. (1997). *Ecofeminismo, teoría crítica y perspectivas*. Barcelona: Icaria /Antrazyt.
- Moser, C. (1991). La planificación de género en el tercer mundo: enfrentando las necesidades prácticas y estratégicas de género. En V. Guzmán et al. (Org.), *Una nueva lectura: género y desarrollo* (pp. 57-126). Lima: Centro Flora Tristán.
- Nazar, A. & Zapata E. (2000). Las mujeres en el discurso del desarrollo. Desarrollo, bienestar y género: consideraciones teóricas. *Revista de Estudios de Género. La Ventana*, 11, 73-118.

- Raynaut, C. (2004). Meio Ambiente e desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir da perspectiva interdisciplinar. *Desenvolvimento e Meio ambiente*, 10, 21-32.
- Rico, N. (1998). *Género, medio ambiente y sustentabilidad del desarrollo* (Documento técnico No. 25, serie Mujer y Desarrollo). Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y El Caribe (CEPAL).
- Rochealeau, D. (1995). Gender and biodiversity: A feminist political ecology perspective. *IDS Bulletin*, 26 (1), 9-15.
- Shiva, V. (1993). *Ciencia, naturaleza y género* (Documento técnico). Cuernavaca, México: CIDHAL, Mujer y medio ambiente.
- Scott, J. W. (1996). El género: una categoría útil para el análisis histórico. En M. Lamas (Comp.), *El género, la construcción cultural de la diferencia sexual* (pp. 265-302). México: UNAM/PUEG.
- Siliprandi, E. (2000). Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, 1 (1), 61-71.
- Sorj, B. (1992). O Feminino como Metáfora da Natureza. *Revista Estudos Feministas*, 0, 143-150.
- Tavolaro, S. (1998). *Movimento ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral*. Dissertação de Mestrado no publicada, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil.
- Tavolaro, S. (2001). *Movimento ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral*. São Paulo: Fedesp/AnnaBlume.
- Vargas, P. (1997). O insustentável discurso da sustentabilidade. En D. Becker (Org.), *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade* (pp. 207-238). Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- Vásquez, V. (1999). Género, Medio ambiente y desarrollo sustentable: algunas reflexiones. En V. Vásquez (Coord.), *Género, sustentabilidad y cambio social en el México rural* (pp. 65-92). México: Colegio de Postgraduados.
- Velásquez, M. (2003). Hacia la construcción de la sustentabilidad social: ambiente relaciones de género y unidades domésticas. En E. Tuñón (Coord.), *Género y Medio Ambiente* (pp. 79-105). México: Plaza y Valdés.